

Companhia Energética de Roraima

P 2

Concurso Público

Nível Superior

Cargo 7: Advogado

Caderno de
Prova Objetiva

Aplicação: 4/4/2004

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Estado: Oportunidade para todos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, constantemente ordenados de **1 a 125**.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – CER, de 9/2/2004.
4. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
5. Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
6. A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
7. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
8. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- i. **5/4/2004** – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- ii. **6 e 7/4/2004** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente no local e no horário que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- iii. **27/4/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Estado de Roraima e nos locais mencionados no item i, dos resultados finais das provas objetivas e do concurso.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2004 – CER, de 9/2/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone (0XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no site <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Diante da avassaladora riqueza material da
sociedade da opulência, marcada pela avidez, pelo
consumismo e pelo desperdício, uma nova liderança
4 chamava a atenção para a necessidade de equilíbrio: a
harmonia interior entre a razão e a emoção; e uma *nova*
racionalidade coletiva, capaz de reaproximar o homem da
7 natureza em um pacto pela sobrevivência para garantir a
continuidade e a qualidade de vida e os direitos das minorias.
Uma geração de ativistas e de pensadores, que defendeu tais
10 idéias, iria exercer, por algumas décadas, o papel inovador
de denunciar o sistema (o *establishment*) mas também de
formular um novo modelo de desenvolvimento e de praticar,
13 a partir de novos valores, um novo estilo de vida.

Aspásia Camargo. *Governança para o século 21. In: Meio ambiente no século 21.*
(Coord.) André Trigueiro. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 320 (com adaptações).

Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1 A nova geração de ativistas citada no texto era essencialmente consumista e gananciosa.
- 2 Constituiria continuação coesa e coerente para o texto o seguinte trecho: O movimento ecológico nasceu, assim, no final dos anos 60 do século passado, entrelaçado com outros movimentos alternativos de igual importância, com os quais mantém, até hoje, estreito relacionamento.
- 3 De acordo com as idéias do texto, o pacto pela sobrevivência é constituído pela reaproximação do homem à natureza com base em uma nova racionalidade coletiva.
- 4 Infere-se do texto que, entre as preocupações da nova geração de ativistas e pensadores, ainda não estavam a emancipação feminina e a luta pela igualdade de gêneros.
- 5 Preserva-se a correção gramatical do período se os artigos forem eliminados na expressão “entre a razão e a emoção” (ℓ.5).
- 6 Como “geração de ativistas e de pensadores” (ℓ.9) é uma expressão que apresenta idéia de coletivo, mantém-se a correção gramatical ao se flexionar a forma verbal “formular” (ℓ.12) no plural, sem outras alterações no texto.
- 7 A expressão “iria exercer, por algumas décadas” (ℓ.10) indica uma ação no futuro, vista da perspectiva do passado.
- 8 Textualmente, a conjunção “mas” (ℓ.11) tem o valor de aditiva, pois pode ser substituída por e sem prejuízo para a correção e a coerência do período.
- 9 As expressões “riqueza material” (ℓ.1), “pacto pela sobrevivência” (ℓ.7), “tais idéias” (ℓ.9-10) e “novos valores” (ℓ.13) estão formando uma cadeia coesiva em que funcionam como sinônimas.

1 Um projeto de manejo dos recursos hídricos deveria
visar mais a um aumento da eficiência no consumo de água
do que a um aumento da disponibilidade de água. O aumento
4 do fornecimento de água é usualmente mais caro e apenas
adia uma crise. Para alguns países, aumentar a eficiência é a
única solução às vezes. A irrigação pode ser e geralmente é
7 terrivelmente ineficiente. Na média mundial, menos de 40%
de toda a água usada na irrigação é absorvida pela plantação.
O resto se perde. Um dos problemas trazidos pela irrigação
10 excessiva é a salinização.

Internet: <<http://www.geocities.com/~esabio/agua/agua.htm>>.

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

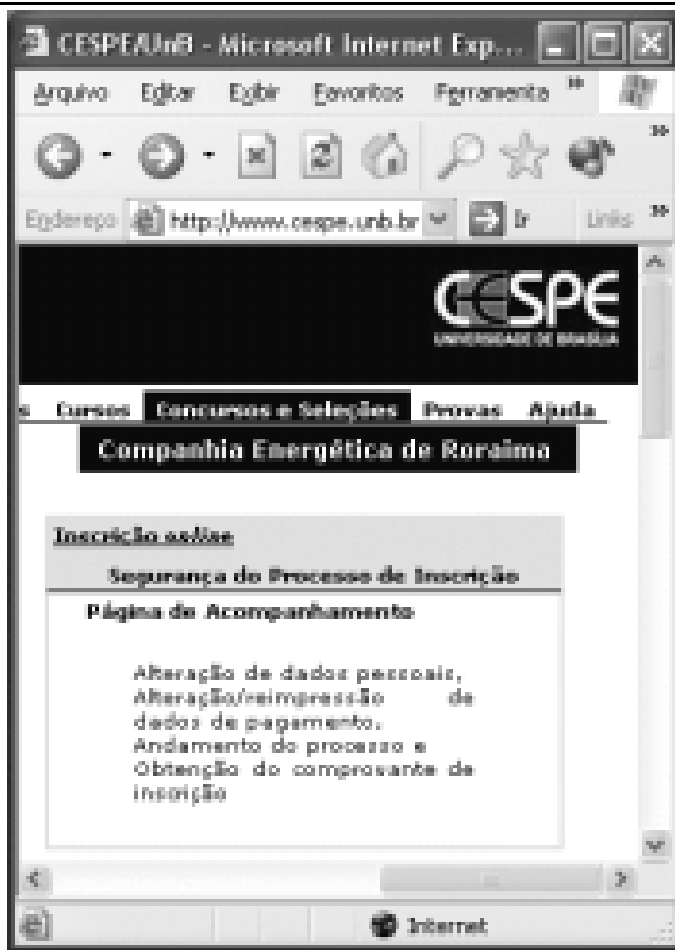
- 10 No trecho “deveria visar mais a um aumento” (ℓ.1-2), o emprego da preposição “a” é exigido pela presença da forma verbal no futuro do pretérito “deveria” (ℓ.1).
- 11 Infere-se do texto que o aumento da disponibilidade de água é mais caro que um projeto que procure aumentar a eficiência no uso da água.
- 12 O trecho a seguir constitui uma continuação gramaticalmente correta, coesa e coerente para o texto: A medida que a água se evapora ou é absorvida pelas plantas, uma quantidade de sal se deposita e se acumula no solo. Novas técnicas de micro-irrigação, pelas quais tubulações perfuradas levam a água diretamente às plantas, fornecem boa maneira de conservar a água.

1 O licenciamento ambiental deve ser considerado um
ativo intangível, pois ele é uma condição essencial e
imprescindível para o regular funcionamento de uma
4 empresa. A inexistência do licenciamento é uma ameaça
constante ao desenvolvimento de atividades industriais e
econômicas, visto que a pressão pela conformidade
7 ambiental de uma firma não se limita aos órgãos públicos
encarregados do controle ambiental. Nos tempos modernos,
a conformidade ambiental das empresas é tema que extrapola
10 a administração pública do meio ambiente e se alastra pela
sociedade, que, mediante a constante vigilância das ONGs,
exige dos empreendedores total submissão à legislação
13 ambiental.

Paulo de Bessa Antunes. *Consultor jurídico*. Internet:
<<http://www.conjur.uol.com.br/artigos>>. Acesso em 22/1/2004.

Em relação ao texto acima, julgue os itens seguintes.

- 13 A seleção lexical, as escolhas sintáticas e as preferências estilísticas do autor tornam o texto subjetivo e pessoal, de forma que contrariam as exigências próprias dos documentos produzidos no ambiente da administração pública oficial.
- 14 A palavra “regular” (ℓ.3) está sendo empregada como forma verbal do infinitivo pessoal.
- 15 Depreende-se dos sentidos do texto que a expressão “conformidade ambiental”, em suas duas ocorrências (ℓ.6-7 e 9), está sendo empregada para apresentar a mesma informação que a expressão “total submissão à legislação ambiental” (ℓ.12-13).



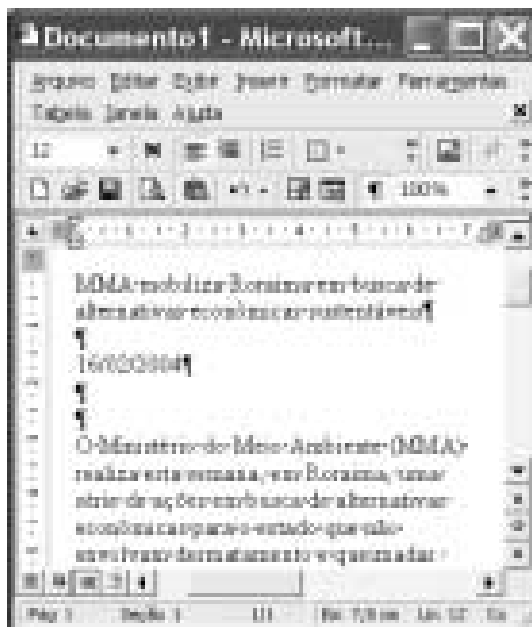
Com o objetivo de obter informações acerca do concurso público da CER/RR, um usuário da Internet acessou, por meio do Internet Explorer 6 (IE6) e a partir de um microcomputador PC, cujo sistema operacional é o Windows XP, o sítio <http://www.cespe.unb.br> e, após navegação nas páginas Web desse sítio, obteve a que está mostrada na janela do IE6 ilustrada na figura acima. Considerando essas informações, julgue os itens seguintes, relativos à Internet e ao IE6.

- 16 Para que o acesso acima descrito tenha ocorrido com sucesso, o computador do usuário deveria ter instalada uma placa *fax/modem* ou um *modem*, caso o acesso tenha sido por meio de uma linha discada que utiliza tecnologia *dial-up* ou ADSL.
- 17 Sabendo que o sítio do CESPE permite que um candidato possa realizar sua inscrição em determinado concurso por meio da Internet e que esse tipo de operação exige um alto grau de segurança na transação dos dados transmitidos por meio da rede, o que pode envolver o uso de técnicas de criptografia e de autenticação, caso o usuário tivesse desejado realizar sua inscrição no concurso da CER/RR por meio dessa tecnologia, seria necessário, para obter sucesso nessa operação, que no seu computador estivessem instalados um sistema FTP (*file transfert protocol*) e um sistema *firewall* com protocolo UDP, que devem ser ativados, utilizando-se opção disponível no menu **Ferramentas**.

18 Caso o usuário queira obter informações acerca da CER/RR e, para isso, tenha de realizar pesquisa na Internet para obter o endereço eletrônico do sítio dessa companhia, ou verificar a sua existência, ele poderá fazê-lo utilizando recursos do IE6 que são disponibilizados ao clicar o botão . Caso seja devidamente configurado, o IE6 permite que diversos provedores de pesquisa sejam utilizados em uma mesma consulta, permitindo ainda obter informações acerca de pesquisas anteriormente realizadas.

19 O IE6 disponibiliza ao usuário recurso de atualização do *software* por meio de *download* de novas versões a partir do sítio da Microsoft. Para que o usuário realize a atualização de sua versão do IE6, é suficiente que ele clique o menu **Arquivo** e, na lista de opções disponibilizada, clique a opção Sincronizar, o que permite acessar página específica no sítio da Microsoft, onde o usuário poderá selecionar o arquivo para o qual deseja realizar *download*. O *download* desse arquivo já realiza a atualização do IE6.

20 Ao clicar o botão , o IE6 disponibilizará ao usuário recursos para que ele possa obter por *download* e enviar e receber por *e-mail* arquivos MP3. Trata-se de tecnologia que permite que arquivos de música e de vídeo possam trafegar pela Internet de forma compactada, otimizando o uso de banda da rede. O IE6 permite gerar arquivo MP3.



A figura acima ilustra uma janela do Word 2000 contendo parte de um texto extraído do site <http://www.mma.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, relativos ao Word 2000.

- 21 Considere que no documento em edição seja selecionado o termo “Ministério do Meio Ambiente” e, a seguir, seja clicada a opção Fonte, encontrada no menu **Formatar**. Nesse caso, será disponibilizada uma janela que permite alterar para maiúsculas todas as letras do referido termo que estão em minúsculas.
- 22 Considere o seguinte procedimento: selecionar, no documento em edição, a data “16/02/2004”; clicar **Exibir**; na lista decorrente dessa ação, clicar Opções. Após essas ações, será disponibilizada uma janela que permite exibir no documento a referida data na forma 16 de fevereiro de 2004.

- 23 No menu **Ferramentas**, encontra-se uma opção que permite verificar se o documento em edição possui erros de ortografia e gramática.
- 24 Para selecionar todo o documento em edição, é suficiente clicar imediatamente antes de “MMA”, na primeira linha mostrada no documento, pressionar e manter pressionada a tecla **Ctrl**, teclar **End** e liberar a tecla **Ctrl**.



Considerando a figura acima, que mostra uma planilha Excel 2000 com conteúdos numéricos nas células de A1 a B2, julgue os itens seguintes, acerca do Excel 2000.

- 25 Considere o seguinte procedimento: selecionar as células B1 e B2; clicar o botão **Σ**. Com esse procedimento, a célula B3 ficará com o conteúdo 40.
- 26 Para criar um gráfico de linha cujo eixo das abscissas representará os conteúdos da coluna A e o eixo das ordenadas, os conteúdos da coluna B, é suficiente selecionar as referidas colunas e, a seguir, clicar o botão **Gráfico**.



A figura acima mostra parte da área de trabalho do Windows XP. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens a seguir.

- 27 Caso a Lixeira do Windows XP contenha itens que foram anteriormente excluídos, é possível esvaziá-la, clicando, com o botão direito do mouse, o ícone correspondente a ela e, na lista de opções que surge em decorrência dessa ação, clicar a opção Esvaziar Lixeira.
- 28 Se um usuário clicar, com o botão direito do mouse, o ícone **Adobe Reader 6.0** e, na lista de opções que surge em decorrência desse ato, clicar a opção Abrir, o programa associado a esse ícone será iniciado.
- 29 Caso se clique o botão **Documentos**, na barra de tarefas, a pasta denominada Documentos será fechada.
- 30 Para iniciar o Word, abrindo o arquivo associado ao ícone **Relatório**, é suficiente clicar o referido ícone e, em seguida, clicar o botão **Iniciar**.

Um processo é considerado dominado, quando são entendidas as relações de causa e efeito entre as suas entradas e saídas. Esse entendimento é utilizado na obtenção dos resultados desejados. Julgue os seguintes itens, relativos a pontos e itens de controle que determinam o desempenho do processo.

- 31** Itens de controle de causa são os fatores a serem verificados que podem ter um efeito no resultado do processo.
- 32** Dentro da análise de valor, a determinação dos itens de controle que avaliam uma unidade do processo é realizada a partir da identificação da função dessa unidade dentro do fluxo produtivo como um todo, ou seja, que trabalho deve ser realizado nesse ponto do processo para se produzir o valor esperado.

Defeito pode ser entendido como falta de conformidade de um produto, quando determinada característica de qualidade é comparada às suas especificações. As características da qualidade do produto são os aspectos primários que constituem os elementos de decisão dos clientes ao adquirir um produto. Considerando que um produto é classificado como defeituoso em relação a uma ou mais características de qualidade, julgue os itens a seguir, referentes a defeitos.

- 33** O conceito de defeito independe da definição de um padrão para as características de qualidade.
- 34** Como qualquer defeito é um defeito, não há justificativa para uma classificação de defeitos.

A matriz da qualidade trata das correlações entre as necessidades dos clientes e as características da qualidade. Julgue os itens que se seguem, a respeito desse assunto.

- 35** Determinar a correlação na matriz da qualidade consiste em identificar o grau de influência ou interferência entre dois itens: um proveniente da tabela de necessidades do cliente e outro da tabela de características da qualidade.
- 36** Por meio da extração, são identificadas as características da qualidade mensuráveis do produto que são responsáveis pela satisfação das necessidades dos clientes.

Um dos objetivos dos gráficos de controle estatístico de processo é verificar se este é estatisticamente estável, no sentido de não existirem causas especiais de variação. Acerca desses gráficos de controle, julgue os itens a seguir.

- 37** Causa especial é uma fonte de variação que afeta todos os valores individuais de um processo, sendo resultante de diversas origens, sem que nenhuma tenha predominância sobre qualquer outra.
- 38** Um processo estatisticamente estável ou sob controle estatístico sempre resulta em produtos menos defeituosos.

A versão vigente da família de padrões ISO 9000 tem como base quatro normas primárias: Norma ISO 9000:2000; Norma ISO 9001:2000; Norma ISO 9004:2000 e Norma ISO 19011:2002. Com relação a essas normas, julgue os itens subseqüentes.

- 39** Uma das exigências da Norma ISO 9001:2000 é que a organização possua um manual da qualidade.
- 40** Segundo a Norma ISO 9001:2000, as auditorias internas da qualidade só podem ser realizadas por pessoal da própria organização.

Dez explosões no intervalo de três minutos em quatro trens lotados em Madri marcaram o 11 de março como o dia do mais grave atentado da História da Espanha. A três dias das eleições gerais, os ataques mataram 192 pessoas, feriram pelo menos 1.430 e fizeram o país mergulhar no mesmo luto profundo que tomou conta dos americanos em 11 de setembro de 2001. “O 11 de março já ocupa um lugar na história da infâmia”, disse o primeiro ministro espanhol, José Maria Aznar. O governo imediatamente responsabilizou o grupo terrorista basco ETA pelos ataques. Mas à noite foi obrigado a admitir outra hipótese, quando a polícia descobriu um furgão com detonadores e fitas contendo trechos do Alcorão e um jornal árabe de Londres divulgou uma carta em que um grupo assumia a autoria, em nome da al-Qaeda, de Osama bin Laden.

O Globo, 12/3/2004, capa (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência e considerando o tema por ele abordado, em meio a um cenário mundial conturbado, julgue os itens seguintes.

- 41** Dois anos e meio antes de Madri, os Estados Unidos da América (EUA) sofreram uma série de atentados de grandes proporções, que atingiram alguns dos mais significativos símbolos do poder norte-americano.
- 42** A partir do 11 de setembro de 2001, os EUA, sob o comando do presidente George W. Bush, começaram a praticar uma política externa mais branda e tolerante, certamente para evitar novos ataques terroristas ao seu território.
- 43** A decisão norte-americana de atacar o Iraque foi tomada depois de constatada a existência de expressivo arsenal de armas de destruição em massa em poder do ditador Saddam Hussein.
- 44** Com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o poder dos EUA — sobretudo em termos bélicos — tende a se mostrar incontestável, o que o governo Bush tem-se esforçado para demonstrar.
- 45** Atos de terrorismo não são novidade na Espanha, país que há anos convive com a luta empreendida pelos separatistas bascos.
- 46** Caso tenha sido praticado por membros da al-Qaeda, o atentado em Madri pode ser entendido como uma resposta de radicais árabes ao governo espanhol que, se não apoiou, também não fez qualquer crítica à invasão do Iraque pelas tropas comandadas pelos EUA.
- 47** A estratégia de Aznar de culpar o ETA pelo atentado de Madri custou-lhe caro nas eleições. A vitória antecipada pelas pesquisas transformou-se em derrota, o que determinou o retorno dos socialistas ao poder na Espanha.
- 48** Embora não integre a União Européia, a Espanha recebeu pronta e integral solidariedade dos demais países europeus, irmanados na repulsa ao absurdo ato terrorista que ensanguentou Madri.
- 49** Chamou a atenção dos analistas o fato de que as multidões que foram às ruas das cidades espanholas para dizer não à violência tiveram a preocupação de, ao lado da veemente condenação ao terrorismo, expressar sua confiança na democracia.
- 50** Osama bin Laden, que o texto identifica com a organização al-Qaeda, é, na atualidade, o mais conhecido líder radical judeu, famoso por se opor à instalação de um Estado palestino no Oriente Médio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a doutrina e a legislação sobre administração pública direta e indireta, atos e contratos administrativos, requisição e regime de servidores públicos federais, julgue os itens que se seguem.

- 51** São características das autarquias, entre outras, a criação por lei, a personalidade jurídica pública, a especialização dos fins ou atividades e a sujeição a controle ou tutela.
- 52** A empresa pública pode organizar-se sob a forma de sociedade civil ou sociedade comercial, sendo que, na formação de seu capital, pode haver recursos oriundos da iniciativa privada.

Um estado da Federação, mediante lei estadual, autorizou a instituição da empresa pública Zeta, para atuar na área de prestação de serviços de energia elétrica. Instituída, a empresa passou a integrar a administração indireta do estado.

Com referência à situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 53** Em decorrência da nova disciplina constitucional, que extinguiu o regime jurídico único, poderão existir, na empresa pública Zeta, cargos regidos por regime estatutário e empregos públicos submetidos à Consolidação das Leis do Trabalho.
- 54** Em face de recente emenda constitucional, o limite da remuneração no âmbito da empresa Zeta será, obrigatoriamente, o limite definido pelo valor do subsídio do governador do estado.
- 55** Caso a direção da empresa Zeta delibere pela criação de subsidiárias, tal criação dependerá, sempre, de autorização feita em lei estadual.
- 56** A autonomia gerencial da empresa Zeta poderá ser ampliada mediante contrato firmado entre seus administradores e o poder público. Nessa situação, os critérios de avaliação de desempenho e a remuneração de pessoal serão objetos do referido contrato.
- 57** A obrigatoriedade constitucional de publicação anual do valor da remuneração dos cargos e dos empregos públicos atinge também a empresa Zeta.
- 58** Lei estadual deverá definir a aplicação de recursos da empresa Zeta, provenientes de economia com despesas correntes, no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade.

Acerca das normas relativas à aposentadoria na administração pública, julgue os itens seguintes.

- 59** Um professor de ensino médio que se aposentar voluntariamente, com a idade mínima exigida para aposentadoria integral, na data em que for investido em cargo técnico da administração pública, poderá acumular os proventos da inatividade com a remuneração do cargo efetivo e, sendo aposentado compulsoriamente, por idade, nesse cargo, poderá acumular os proventos da inatividade de professor com os proventos da inatividade como servidor público.

- 60** Os servidores de carreira que estiverem em atividade na administração pública na data da promulgação da lei que instituir o regime de previdência complementar dos servidores titulares de cargo efetivos terão o valor de suas aposentadorias limitado ao valor máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

- 61** Os servidores que permanecerem em atividade após completarem as exigências constitucionais para a aposentadoria voluntária farão jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até atingirem a idade de aposentadoria compulsória.

- 62** Caso seja extinto o cargo em que esteja lotado um servidor estável, este ficará em disponibilidade com remuneração integral, até que seja aproveitado em outro cargo.

Com relação aos princípios e normas referentes à administração direta e indireta e aos poderes da administração, julgue os itens que se seguem.

- 63** Em razão do princípio da continuidade dos serviços públicos, é possível à administração pública impor, dentro de certos limites, restrições ao exercício, pelo particular contratado, da exceção de contrato não-cumprido.
- 64** O campo de atuação do poder de polícia delegado compreende tanto a prática de atos de execução quanto a imposição de taxas como contraprestação de serviços prestados.
- 65** O princípio da supremacia do interesse público tem como um dos seus conteúdos a impossibilidade de a administração pública renunciar total ou parcialmente a poderes ou à competência de que está investida, salvo expressa autorização legal.

Com relação ao ato administrativo e à responsabilidade civil da administração pública, julgue os itens subseqüentes.

- 66** A revogação do ato administrativo tem como pressuposto o interesse público, sendo suscetíveis de revogação os atos discricionários e os vinculados.
- 67** A prática de um ato administrativo por autoridade superior à autoridade à qual a lei confere expressamente competência para praticá-lo não o torna anulável por vício de competência.
- 68** A invalidade do ato administrativo por vício quanto ao motivo ocorre quando não há fundamento para o ato ou quando o fundamento desse ato é falso ou desconexo com o objetivo da administração.
- 69** Se o dano sofrido por um particular for resultante da ocorrência, em conjunto, de fato imprevisível e de omissão culposa do Estado, mantém-se o dever legal do Estado de indenizar os prejuízos sofridos pelo particular.

Com respeito a licitações e contratos — Lei 8.666/1993 e suas atualizações e Resolução ANEEL n.º 456/2000 — e à desapropriação, julgue os seguintes itens.

- 70** A obrigação de dar publicidade às compras feitas pela administração direta ou indireta aplica-se, inclusive, a todas as compras feitas com dispensa de licitação.
- 71** É facultado às unidades administrativas utilizarem-se, nos processos licitatórios, do registro cadastral de licitantes pertencente a outros órgãos ou entidades.
- 72** A desistência da desapropriação pode ocorrer mesmo após a incorporação do bem ao patrimônio do expropriante, por meio da revogação do ato expropriatório.
- 73** Na fase de habilitação do processo licitatório, para a demonstração da capacidade do licitante de satisfazer os encargos econômicos decorrentes do contrato, pode ser exigida a apresentação de garantia.
- 74** O contrato que ajustar as condições para a prestação do serviço de iluminação pública deve disciplinar a propriedade das instalações e as condições de faturamento.
- 75** Em razão dos riscos à coletividade e do prejuízo para o atendimento de outras unidades consumidoras, a concessionária de serviços de fornecimento de energia elétrica poderá suspender, de imediato, o fornecimento quando constatar que o consumidor aumentou a carga instalada sem prévia apreciação da concessionária.

Paulo, desejando adquirir um televisor usado, comprou de seu vizinho, Pedro, pelo preço de mercado, um monitor de computador que não servia para receber imagens de televisão. Na ocasião da venda, Pedro garantiu a Paulo que o bem era um aparelho de televisão.

Considerando a situação hipotética acima e as disposições do Código Civil, julgue os itens a seguir.

- 76** Para ter validade, o negócio jurídico realizado entre Paulo e Pedro deveria, entre outros requisitos, possuir forma escrita.
- 77** A compra do monitor é anulável em virtude do vício da lesão.
- 78** Paulo pode requerer judicialmente a anulação da compra em razão do dolo de Pedro.
- 79** Paulo tem o prazo decadencial de 4 anos para pleitear a anulação do negócio jurídico, contado do dia da realização do contrato.
- 80** Caso o negócio jurídico seja anulado, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restitui-las, estas serão indenizadas com o equivalente.

Julgue os itens seguintes de acordo com os dispositivos da Parte Geral do Código Civil.

- 81** É anulável o negócio jurídico que tiver por objetivo fraudar lei imperativa.
- 82** Não constituem atos ilícitos os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido.
- 83** Configura-se estado de perigo quando alguém, premido pela necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- 84** Será de 10 anos o prazo para se pleitear anulação de ato quando não houver determinação legal de prazo específico.
- 85** A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.

Em relação aos sujeitos do processo e à pluralidade de partes, julgue os itens a seguir.

- 86** Não é permitida a formação de litisconsórcio ativo na hipótese em que vários funcionários públicos, pretendendo obter determinada vantagem da mesma natureza, proponham, em conjunto, ação contra a fazenda pública, porque as demandas não estão ligadas pelo vínculo da conexão.
- 87** Na hipótese de ação reivindicatória proposta por apenas um dos condôminos, tem-se um litisconsórcio facultativo unitário ativo, não sendo obrigatória a presença dos demais condôminos no pólo ativo da demanda.

Em relação à competência, julgue os itens seguintes.

- 88** Em ação de manutenção de posse, ainda que figure como ré uma fundação pública estadual, a competência deve ser determinada pelo foro da situação da coisa, não podendo ser modificada para vara especializada localizada na capital.
- 89** A ação para anular acordo homologado judicialmente é da competência originária de tribunal, a exemplo do que ocorre com a competência para julgar ação rescisória.

Em relação à execução, julgue o item abaixo.

- 90** Nas execuções para cobrança de quantia certa, se o executado tiver crédito líquido e certo contra o exequente, deverá interpor embargos, alegando compensação, podendo, também, fazer uso de reconvenção, se o seu crédito for superior ao que está sendo cobrado.

Em cada um dos itens seguintes, referentes aos sujeitos da relação de emprego, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 91** Jorge foi contratado como advogado por um grande supermercado, para laborar de forma pessoal e subordinada, por 4 horas diárias, de segunda a quinta-feira, mediante remuneração de R\$ 1.500,00 mensais. Nessa situação, a natureza da função exercida, especialmente com autonomia técnica, afasta a possibilidade de existência de relação de emprego.
- 92** Na condição de engenheiro, detentor de alta qualificação técnica, inclusive com título de pós-graduação alcançado no exterior, Fausto foi contratado para implementar projeto de reestruturação das redes de alta tensão de um estado da Federação. Para desenvolver suas tarefas, que foram executadas em cinco anos, Fausto contratou dois engenheiros e um auxiliar, aos quais destinava cerca de 60% do valor mensal que recebia da empresa contratante. Nessa situação, apesar de a contratação ter sido celebrada em caráter pessoal, é correto afirmar que Fausto não foi empregado da empresa contratante.

Acerca do contrato de trabalho, em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 93** Joaquim, admitido em caráter experimental por 90 dias, acabou acometido de moléstia que o incapacitou ao trabalho por 20 dias, depois de 30 dias do início da execução do contrato. Após recuperar a saúde, Joaquim retornou ao trabalho, laborando até o último dos 90 dias inicialmente previstos. Nessa situação, independentemente de previsão contratual, é correto afirmar que o contrato experimental foi rescindido antes do período ajustado, o que gera em favor de Joaquim direito à percepção da indenização adequada.

- 94** Lucas resolveu construir sua casa própria, contratando, para tanto, um mestre-de-obras, dois pedreiros e dois serventes. Ao assinar as carteiras de trabalho desses operários, esclareceu que a construção seria edificada no prazo máximo de 18 meses. Por exercer a profissão de médico, Lucas apenas comparecia à obra ao início e ao término do expediente, verificando os serviços executados e determinando as adequações devidas. Nessa situação, embora não explorasse atividade da construção civil, Lucas celebrou contratos de trabalho por prazo determinado.

Com relação às obrigações de patrões e empregados, inclusive as decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, em cada um dos itens que se seguem é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 95** Depois de 4 anos e 11 meses prestando serviços como garçom em um afamado restaurante da cidade de Boa Vista, Marcos resolveu lançar mão de suas economias e montar seu próprio negócio de alimentação. Como forma de ampliar seu capital de giro, Marcos pediu a seu empregador que formalizasse sua dispensa sem justa causa, a fim de que pudesse sacar os depósitos do FGTS, o que não lhe foi concedido. Insatisfeito, Marcos deixou imediatamente o trabalho. Nessa situação, ao empregador será facultado descontar dos cálculos finais o valor pertinente ao aviso prévio, que não será computado como tempo de serviço para nenhum fim.
- 96** Por contar com apenas 6 meses de trabalho, Luís deixou de receber o valor das férias proporcionais, por ocasião da rescisão de seu contrato, que fora processada a seu pedido. Nessa situação, caso submeta a polêmica ao exame judicial, Luís terá ganho de causa, pois as férias proporcionais apenas não seriam devidas na hipótese de justa causa aplicada pelo empregador.
- 97** Exercendo o cargo de gerente em um grande supermercado, Sílvia foi suspensa do trabalho por 35 dias, sob a acusação de ter agido com excessivo rigor em relação a um dos subgerentes da empresa, que causara a perda de 200 sacos de arroz. Nessa situação, havendo abuso no exercício do poder punitivo patronal, Sílvia poderá considerar rescindido injustamente o seu contrato e cobrar em juízo as verbas rescisórias decorrentes.

Em cada um dos itens a seguir, é apresentada uma situação hipotética acerca da jornada de trabalho, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 98** Contratado como supervisor em uma grande fábrica de cimento, que funciona de forma ininterrupta, Ribamar trabalha 8 horas diárias e 44 horas semanais, as quais são alternadas entre os turnos diurno e noturno a cada quinze dias. Nessa situação, é correto afirmar que Ribamar tem direito à percepção de horas extras.
- 99** Sem que existisse qualquer ajuste expresso nesse sentido, Jonas passou a laborar por volta de 9 horas em cada um dos quatro primeiros dias da semana e 8 horas no quinto dia, folgando por dois dias consecutivos. Nessa situação, Jonas não faz jus à percepção de horas extras.
- 100** Contratado como frentista em um posto de gasolina, um empregado trabalha ininterruptamente durante seis horas diárias, entre as 17 horas e as 23 h 15 min, durante seis dias na semana. Nessa situação, por não ser suplantado o limite semanal máximo de 44 horas, o empregado não tem direito à percepção de horas extras e adicional noturno.

Nos itens subseqüentes são apresentadas situações hipotéticas que envolvem institutos do direito processual do trabalho, seguidas de assertivas a serem julgadas.

- 101** Após 6 anos prestando serviços como motorista em uma empresa multinacional, Breno foi dispensado por justa causa. Ingressou, então, em juízo, buscando receber R\$ 5.000,00 a título de horas extras não-pagas. Ao comparecer em juízo, por ocasião da audiência, seu advogado pretendeu a intimação de duas testemunhas, para comprovar a sobrejornada alegada, o que restou indeferido pelo magistrado. Nessa situação, o juiz agiu de modo acertado, não tendo ocorrido nenhum cerceamento do direito à produção de provas.
- 102** Ao analisar pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em determinada reclamação trabalhista, o juiz do trabalho determinou a reintegração liminar de um dirigente sindical, sem a prévia oitiva da parte contrária. A empresa interpôs, então, agravo de instrumento, sustentando a ofensa ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa. Nessa situação, o tribunal revisor deverá conhecer e desprover o agravo de instrumento, mantendo a decisão interlocutória primária.
- 103** Ao ser intimada da sentença definitiva que lhe foi proferida à revelia, determinada empresa interpôs recurso ordinário, sustentando a existência de vício de citação, pois o ato inicial de comunicação fora feito na pessoa do porteiro do edifício em que estava instalada. Nessa situação, se for comprovado que a citação foi feita na pessoa indicada, deverá o processo ser anulado *ab ovo*, pois a regularidade da citação configura pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular da relação processual.
- 104** Contratado para atuar em empresa sediada em Boa Vista, João foi dispensado 6 meses depois, sob a alegação de justa causa. Ajuizou, então, ação trabalhista em Manaus, local onde residia, buscando afastar a justa causa e receber as verbas rescisórias devidas. Por estar sediada apenas em Boa Vista, local da prestação de serviços, a empresa compareceu perante o juízo de Manaus, excepcionando sua competência territorial. Nessa situação, à luz das normas aplicáveis, a exceção deverá ser acolhida.
- 105** Em razão de greve deflagrada pelos trabalhadores rodoviários, o tribunal do trabalho proferiu sentença normativa, declarando-a abusiva e determinando o retorno às atividades, sob pena de configuração de justa causa. Nessa situação, caso queira recorrer, o sindicato profissional sucumbente deverá interpor recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho, no prazo de 8 dias.

Acerca de diversos direitos previstos na legislação social, em cada um dos itens que se seguem, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106** Contratado como lavador de automóveis em um posto de gasolina, Tomás manuseava produtos tóxicos, sem qualquer equipamento de proteção, e também trabalhava em área de risco acentuado. Nessa situação, Tomás não fará jus à percepção conjunta dos adicionais de insalubridade e periculosidade, devendo optar por um deles.

- 107** Na condição de motorista de uma empresa de turismo, Paulo cumpria jornada em horários variados, compatíveis com os interesses da empresa. Em cinco ocasiões mensais, sua jornada era prorrogada até as 23 horas. Nessa situação, ainda que se considere eventual o labor prestado em horário noturno, Paulo fará jus à percepção do adicional correspondente, calculado à base de 20% do valor do salário-hora percebido.
- 108** Em razão de acordo coletivo firmado entre o sindicato profissional e determinada empresa, a duração do trabalho dos empregados foi ampliada em duas horas diárias, por dois meses. Um desses empregados, no entanto, insurgiu-se contra a dilação horária exigida, alegando que não fora consultado. Nessa situação, se a questão for submetida à análise da justiça do trabalho, terá ganho de causa o trabalhador.
- 109** Embora prestasse duas horas extras diárias, desde a sua admissão, um determinado empregado recebia os descansos semanais remunerados com base apenas no salário fixo pactuado. Nessa situação, houve equívoco por parte da empresa, pois, apesar de o trabalhador não laborar nos dias destinados ao descanso, o valor deve corresponder ao percebido por um dia de trabalho, computadas as horas extras habituais prestadas.
- 110** Em razão de necessidades financeiras, um empregado resolveu vender suas férias ao empregador. Nessa situação, caso sejam demonstradas as efetivas necessidades do trabalhador e a ausência de qualquer vício de vontade, há que se reconhecer plenamente válida a transação celebrada.

Acerca do modelo institucional do setor elétrico brasileiro, julgue os itens a seguir.

- 111** As deliberações do Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), que é órgão do Sistema Interligado Nacional (SIN) competente para formular a política energética brasileira, vinculam tanto a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) quanto o Ministério de Minas e Energia (MME).
- 112** Compete ao CNPE autorizar previamente as operações de exportação e importação de energia elétrica.
- 113** Compete ao MME rever, em nível de recurso, as decisões tomadas pela direção da ANEEL.
- 114** O Comitê Coordenador do Planejamento e da Expansão (CCPE), órgão integrante do MME, tem como função coordenar a elaboração do planejamento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros.
- 115** Nas licitações para a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica, aspectos técnicos da proposta somente podem ser levados em conta para fins de habilitação das concorrentes, pois somente podem servir como critérios de julgamento das propostas o valor da tarifa a ser cobrada pelo serviço e o valor da oferta de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão.

- 116** Considere a seguinte situação hipotética.

A ANEEL firmou convênio de cooperação com uma autarquia da administração indireta de Roraima para que esta entidade fiscalizasse, no âmbito do estado, a prestação de serviços de energia elétrica por empresas concessionárias.

Nessa situação, o convênio é inválido porque implica delegação de competência legalmente estabelecida, o que viola os princípios de direito administrativo.

- 117** A União tem autorização legislativa para criar a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pessoa jurídica de direito privado que deverá substituir o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) na função de viabilizar a comercialização de energia elétrica entre concessionários, permissionários e autorizados de serviços e instalações de energia elétrica, bem como destes com seus consumidores, no SIN.

- 118** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma reportagem de jornal definiu o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) como sendo o órgão do MME responsável pela coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.

Nessa situação, a definição veiculada é falsa, pois o ONS é uma pessoa jurídica de direito privado e, portanto, não pode integrar a administração direta federal.

- A Eletroágua é uma empresa concessionária de aproveitamento de potencial hidráulico para a geração de energia elétrica.
- A Indeletro é um produtor independente de energia elétrica.
- A Eletrodist é uma empresa que presta exclusivamente serviço de distribuição de energia elétrica, em regime de concessão, e cuja atividade não envolve o atendimento a sistemas elétricos isolados.
- A Motor Brasil é um consumidor livre.

Considerando essas informações hipotéticas, julgue os itens a seguir.

- 119** O contrato de concessão celebrado entre a Eletrodist e o poder público não pode ter prazo indeterminado de vigência.
- 120** A Eletroágua deve realizar licitação para a venda regulada de energia elétrica.
- 121** A Indeletro pode vender à Motor Brasil toda a energia por ela produzida.
- 122** A Eletrodist pode negociar condições de fornecimento diretamente com a Motor Brasil, estabelecendo preços e prazos específicos, condizentes com a quantidade de energia adquirida por esse consumidor independente.
- 123** A União não pode celebrar contrato de concessão de serviço de transmissão de energia elétrica com a Eletrodist.
- 124** Se a Motor Brasil comprar energia diretamente da Indeletro, para efetivar essa operação de aquisição de energia, tais empresas terão livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão das empresas concessionárias de serviço público, mediante ressarcimento do custo de transporte envolvido na referida operação.
- 125** Se a Eletroágua e a Eletrodist fossem empresas públicas, elas não poderiam recorrer à arbitragem para resolver eventual conflito, dado que a lei veda às entidades da administração indireta o uso desse método de resolução de conflitos.